

PROGRAMA DA UNIDADE POPULAR PELO SOCIALISMO (UP) PARA MINAS GERAIS.

A Unidade Popular (UP), o partido revolucionário e antifascista do Brasil, legalmente existente a partir de dezembro de 2019, vai disputar as eleições gerais de 2026, em todos os cargos.

Importante mostrar, de início, nosso ponto de vista de participação nas eleições e qual vai ser o comportamento de nossos candidatos eleitos.

A UP é composta por vários movimentos como o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), o Movimento de Mulheres Olga Benário, o coletivo sindical Movimento Luta de Classes (MLC), o movimento estudantil Correnteza, dos estudantes secundaristas, o Movimento Rebele-se e da juventude, União da Juventude Rebelião (UJR). Logo, é composta de movimentos populares e de trabalhadores de grande atuação nas suas respectivas áreas. Daí saíram nossas e nossos candidatos que são expressão das lutas e dos movimentos que constroem a UP.

Em um contexto em que 24,2% da população se encontra em insegurança alimentar (não têm acesso adequado a alimentação) e destes, 6,48 milhões passam fome todo dia, dependendo de doações ou catando comida nos lixos, o resultado da divisão de classes no sistema capitalista se evidencia, uma vez que poucos acumulam imensas riquezas, enquanto a maioria da população encontra-se na miséria, ou à beira da miséria. Fica muito claro, então, que os trabalhadores e o povo brasileiro, no geral, precisam de um partido revolucionário.

Por isso, a UP não tem o objetivo de apenas possuir candidatos para atuação parlamentar, ou governamental, de maneira que possa dizer: temos tantos deputados, governadores, ou presidente, que fiquem só em seus gabinetes, longe das ruas de onde vieram. **A atuação desses eleitos deve ser revolucionária, em conjunto aos movimentos dos trabalhadores e que amplie a participação popular.** Queremos ter governadores (as), senadores (as) e deputados (as) que venham das periferias, que pisem no chão das ocupações, que atendam as reivindicações dos trabalhadores, que estimulem a construção de casas populares pelos próprios moradores, que ouçam os movimentos sindicais.

Dessa maneira, este programa é fruto de debates e discussões de centenas de companheiros e companheiras, filiados e aliados com propostas para o governo de Minas Gerais e outros cargos, para ser amplamente discutido e divulgado, junto à população, nas praças, ruas, avenidas, becos, vielas, zonas rurais e em todos os rincões do estado.

Avaliamos que o atual governo de Minas Gerais está entregue aos bilionários, que atuam para retirar direitos dos trabalhadores. Por isso, as mineradoras, o agronegócio e os banqueiros governam Minas Gerais, empobrecendo a população de um dos estados mais ricos da federação.

A lógica que sequestra as riquezas de Minas Gerais e entrega para os banqueiros, ou seja, credores de uma dívida pública é a que faz privatizar a COPASA e fazer o povo mineiro ficar sem água por dias nas grandes regiões do estado. Ao passo que as mineradoras utilizam a água como força motriz para levar os minérios no maior mineroduto do mundo, de Conceição do Mato Dentro ao Porto de Açu (RJ).

O atual governo permanece com a política de arrocho salarial para os servidores públicos. Não paga o piso da educação, precariza os salários e equipamentos na saúde. Até mesmo os servidores da segurança pública, pauta tão falada por vários grupos reacionários, são maltratados nesse atual governo.

Para manter os privilégios das grandes mineradoras, do agronegócio e a farra dos empresários, o Estado de Minas Gerais abriu mão de arrecadar R\$ 19,4 bilhões de reais com isenções fiscais para mais de 4 mil empresas em 2025, além dos mais de 408 bilhões de reais, valor acumulado a partir de 1996 e aplicando as correções inflacionárias, que seriam do povo mineiro com a compensação de perdas da Lei Kandir, responsável por isentar a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços para as mineradoras e o agronegócio.

Com tal arrecadação, seria possível aumentar o financiamento da educação e saúde, que foram profundamente atacados nas últimas gestões, como a privatização de 95 escolas estaduais, além da tentativa da militarização de mais de 700 escolas, que novamente derrubado pelo TJMG,

Zema, Mateus Simões e a Assembleia Legislativa traíram o povo mineiro aprovando a adesão do Estado do PROPAG (Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados) imposto pelo Governo Federal e alinhado com as políticas neoliberais. O Programa nada mais é do que uma reformulação do antigo Regime de Recuperação Fiscal de Temer e Bolsonaro, que obriga o estado a refinarçar uma dívida ilegítima com a União, já paga 3 vezes, segundo estudo feito pela Auditoria Cidadã da Dívida, tirando recursos do orçamento público, impossibilitando o aumento dos salários, a realização de concursos e estrangulando os investimentos em áreas sociais. Ainda usaram dessa tal dívida como desculpa para vender a Copasa.

Mulheres trabalhadoras no poder!

As mulheres seguem sendo a maioria dos mineiros. Segundo dados do Censo 2022, dos 20,5 milhões de pessoas, 51,02% são mulheres. Nesse sentido, é lógico dizer que é necessário o investimento em políticas que sejam voltadas para o grupo que representa a maior parcela populacional do estado, mas mesmo sendo um fato inegável, não é o que os governos de Minas Gerais das últimas décadas têm feito. A influência do capital privado, principalmente das mineradoras, fala mais alto ao ouvido dos governadores.

No Brasil, as mulheres ganham 21,3% a menos que os homens, até quando são comparados trabalhadores do mesmo perfil de escolaridade, idade e categoria de educação (Dados G1, abril de 2026). O fator racial também segue como um dos maiores desafios no diagnóstico nacional. Por exemplo, mulheres negras ganham, em média, R\$2.864,39 enquanto mulheres não negras recebem R\$4.661,06, ou seja, 38% a mais. Em Minas Gerais, mulheres negras ganham, em média, R\$2.704,82, e mulheres não negras recebem R\$3.917,12. Uma diferença de 30,9%. Esses são os dados oficiais, mas, ao mesmo tempo, sabemos que grande parte das mineiras estão relegadas ao trabalho informal, a escala 6x1, dependendo de comissões, são donas de casa, mãe solo e arrimo de família, então mesmo que cheguem a ganhar os valores da pesquisa precisam sustentar a casa sozinhas, tendo que pagar aluguéis inflacionados pela especulação imobiliária e uma cesta básica de R\$765.

Os índices de desemprego também escancaram a desigualdade. O observatório de trabalho em Minas Gerais aponta que a análise por gênero, idade, instrução e cor/raça revela disparidades significativas. Na análise por gênero, as mulheres têm taxas de desocupação mais elevadas (5,9%) que os homens (4,3%). Além de ser fruto da recessão econômica, esses indicadores refletem a dupla, por vezes tripla, jornada de trabalho da mulher. Socialmente, a responsabilidade de criação dos filhos e do trabalho doméstico é designada, na imensa maioria das vezes, às mulheres. Quando engravidam ou têm filhos pequenos enfrentam dificuldades de encontrar trabalho e permanecer empregadas.

Algumas das políticas públicas fundamentais que asseguram renda e permanência das mulheres no mercado são: creches e escolas para seus filhos, transporte público adequado e seguro, moradia, etc. Isto é, só será possível um combate realmente eficiente ao desemprego de nossa população, sobretudo a feminino, junto a um intenso fortalecimento de instituições públicas e ampliação de direitos básicos.

Em 2025, mais de 50 mil mulheres sofreram violência doméstica, dados esses que aumentaram 33% só no 1º semestre de 2026. O estado com mais municípios do Brasil conta com apenas 70 delegacias da mulher, insuficientes para as 853 cidades, assim como tem só 10 casas para receber as mulheres vítimas de violência de todas as regiões. Mesmo com o trabalho incansável de movimentos sociais, como o Movimento de Mulheres Olga Benário, ainda é insuficiente para toda a demanda. É gritante o descaso do poder público com o combate à violência contra a mulher; as estruturas estatais existentes não comportam um combate efetivo, que possibilite à vítima a saída desse ciclo. E outras redes, não estatais, não têm verba o suficiente para isso. É de suma urgência a destinação de orçamento específico e que seja capaz garantir vida digna para as mulheres, oferecendo além dos mecanismos jurídicos, apoio bem preparado de assistentes sociais, para que o trato não seja apenas no fazer denúncia/medida protetiva.

O cenário da violência contra mulheres trans no Brasil não é apenas alarmante; é o reflexo brutal da omissão e do descaso governamental.

No topo do ranking nacional de transfeminicídios, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), **Ceará** e **Minas Gerais** lideram as estatísticas de sangue, consolidando-se como os estados mais letais do país em números absolutos. Também segundo a instituição, em 2025 ocorreram 8 mortes violentas de travestis no estado. Por trás desses dados, há uma farsa institucionalizada: o chamado “**mito da queda numérica**”. Qualquer redução comemorada nos indicadores oficiais não passa de uma ilusão mascarada pela **subnotificação** crônica. O que assistimos, na verdade, é o desmonte e o enfraquecimento deliberado das políticas públicas de identificação e checagem dessas mortes violentas. O estado falha em proteger e, depois, falha em registrar, promovendo um verdadeiro apagamento institucional da identidade das vítimas.

É inadmissível a falta de interesse real e concreto dos governantes em criar mecanismos para, no mínimo, frear essa barbárie. A recusa em capacitar órgãos de segurança para registrar corretamente o gênero dessas mulheres nos boletins de ocorrência é uma escolha política que invisibiliza o problema. Sem dados confiáveis, não há políticas de proteção eficientes. O silêncio do Estado diante do transfeminicídio é, por si só, uma forma de violência que perpetua a impunidade e condena uma população inteira à margem da justiça.

Enquanto o lucro for a prioridade em detrimento da vida, os trabalhadores, as crianças, os jovens e as mulheres viverão esperando a morte, seja por bala, por fome, por desastre ambiental ou doenças pelas quais há humanidade já tem cura.

A história da sociedade é a história da luta de classes, e em Minas Gerais não poderia ser diferente. Todas as conquistas da população mineira, como o estabelecimento das Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) para a reparação integral dos atingidos pelo rompimento da barragem de Brumadinho, a recondução de diretores arbitrariamente exonerados de escolas, ampliação do funcionamento da delegacia da mulher, citando apenas algumas, foram fruto de intensa mobilização dos movimentos de base. Não estivemos à parte desses processos; organizamos trabalhadoras e trabalhadores, pais e mães, estudantes, pessoas pretas, indígenas, quilombolas, moradores de ocupações, sindicalistas e LGBTIA + na

luta por nossos direitos. Ocupamos as ruas, as instituições, as mesas de negociação e outros órgãos estatais; participamos da organização de redes de solidariedade. Acreditamos e defendemos a construção do poder popular com as bases, porque só assim teremos o fim das opressões que nos atingem. Apenas na luta engajada e constante pode-se conquistar e garantir direitos. A Unidade Popular é um partido político de esquerda revolucionária do Brasil, é temos esses anseios, combates, debates e experiências também para o campo institucional.

Este programa é a forma de ampliar as nossas lutas, propondo medidas reais que transformarão a vida da classe trabalhadora, das mulheres e de todo o povo de Minas Gerais. O que só será possível através de uma ampla participação popular, que avance na construção de uma nova ordem econômica, o socialismo, capaz de solucionar definitivamente os principais problemas vividos pelo povo.

Para isso defendemos:

Trabalho e vida digna para todos!

- Lutar junto ao povo pelo fim da escala 6x1, com redução da Jornada de Trabalho de 6 horas diárias para todos os trabalhadores e trabalhadoras;
- Lutar junto ao povo pelo aumento de 100% do Salário Mínimo;
- Garantir geração de emprego a partir das frentes emergenciais de trabalho — obras de infraestrutura, sobretudo nas periferias, de saneamento, calçamento de ruas, construção de postos de saúde, escolas, espaços de lazer e esporte, praças, etc., devem ser realizadas majoritariamente sem as grandes empreiteiras, com ampla mobilização de técnicos das universidades e do povo trabalhador. Estes projetos serão baseados em mutirões remunerados e trabalho comunitário, envolvendo as pessoas do próprio bairro ou região para resolver os problemas estruturais locais, diferenciando-se profundamente do trabalho precarizado e sem direitos;

- Em articulação junto ao Governo Federal desenvolver através das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais (CeasaMinas) e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) estoques de alimentos para regulação dos preços e abastecimento da população em situação de vulnerabilidade ou atingida por desastres ambientais, como o de Juiz de Fora;
- Criação de um programa de incentivo ao fortalecimento e desenvolvimento das hortas populares, fortalecimento da política de agroecologia e da agricultura familiar urbana e periurbana — criação de infraestrutura estadual para escoamento da produção e estabelecimento de feiras populares permanentes, garantindo acesso equitativo à produção para toda a população;
- Regulamentação dos Trabalhadores de Aplicativo. Leis que garantam o cumprimento do vínculo empregatício. Para isso devemos trabalhar pela revogação das Leis da Reforma Trabalhista e da Terceirização;
- Combater firmemente o trabalho escravo. Não tem como falar no enfrentamento do trabalho escravo se não houver atuação conjunta de governos federal, estadual e municipal;
- Garantia do pagamento do Piso Salarial e do plano de carreiras de todas as categorias de funcionários do estado, ativos e aposentados;
- Cobrança rigorosa das dívidas ativas de impostos dos grandes bancos e empresas; Elaboração de um projeto de lei que, em última instância, retire o alvará dos sonegadores;
- Garantia de aprovação de lei que destine 30% das vagas em concursos públicos aos negros, indígenas, PCDs e pessoas trans.

Economia e orçamento público sob controle do Povo Mineiro

- Lutar pelo Fim da Lei Kandir, com a compensação de perdas para o orçamento estatal através da suspensão do pagamento e amortização retroativa da suposta dívida pública do estado com a União;

- Fortalecimento das Estatais Mineiras (CEMIG, CODEMIG, PRODEMGE, MGS, entre outras) e do Serviço Público em Geral. Reestatização imediata da COPASA;
- Taxar grandes empresas estrangeiras para garantir a permanência dos lucros em nosso estado. Fim das remessas de lucros para o estrangeiro;
- Realizar uma reforma tributária que preveja a taxaço das grandes fortunas e a implementação de impostos progressivos.
- Criação e fortalecimento das indústrias de energias renováveis, semicondutores, catálise e fármacos;
- Auditoria Cidadã das Dívidas Públicas para comprovar que o endividamento é um mecanismo de roubo dos recursos do povo;
- Revogação do acordo do PROPAG, paralisação dos pagamentos e lutar pela anulação da dívida ilegítima do Estado com a União;
- Assegurar a participação popular no Orçamento, com a criação de conselhos deliberativos que versem sobre a prioridade de investimos no estado;
- Defendemos o fim do Arcabouço Fiscal que impede o investimento para as áreas sociais, como educação e saúde, para priorizar o pagamento da dívida pública;

Em defesa da vida das mulheres

- Aumento do número de delegacias especializadas para o atendimento à mulher vítima de violência; as cerca de 70 existentes não contemplam um estado com mais de 800 municípios;
- Expansão de canais públicos para denúncia e encaminhamentos, como o exemplo do aplicativo Salve Maria em Uberlândia;
- Expansão da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a mulher: garantir mais casas-abrigo pelo estado, políticas de transferência de renda para mulheres vítimas de violência, auxílio jurídico, atendimento contínuo por assistentes sociais, atendimento psicológico, políticas de aluguel social;
- Políticas de fortalecimento à educação básica infantil: aumento do número de creches públicas, sobretudo em regiões periféricas, e cobrando o cumprimento da

legislação que prevê creches em empresas privadas, proporcionalmente ao número de funcionárias;

- Em defesa do parto humanizado e das maternidades públicas; pelo aumento da licença maternidade e paternidade;
- Criar o Programa Gestação Digna para mulheres grávidas que assegure assistência psicossocial, acesso a direitos e renda;
- Contra a pobreza menstrual: distribuição gratuita de absorventes higiênicos em escolas, centros de saúde, centros regionais de assistência social e presídios;
- Pelo fim da transfobia: por mais abrigos para a população trans, por garantia de atendimento pelo nome social e/ou retificação de documentos, por tratamento humanizado de homens trans em consultas ginecológicas e obstétricas;
- Erradicação do analfabetismo na população feminina do estado, através de parcerias com as Instituições de Ensino Públicas Estaduais e Federais, com busca ativa e atuação territorial;
- Por políticas de geração de renda e emprego para mulheres negras, quilombolas, PCDs e indígenas e em situação de vulnerabilidade social;
- Criar uma rede de referência para pessoas LGBTQIA+, envolvendo iniciativas da sociedade civil e órgãos governamentais para a formação profissional e o combate a violência a membros dessa comunidade.

Romper as cadeias de exploração minerária!

- Suspender toda a mineração no estado e rever os contratos com as mineradoras.
- Imediata punição das mineradoras responsáveis pelos crimes cometidos na bacia do Rio Doce e Rio Paraopeba;
- A reparação integral e o reassentamento das comunidades atingidas pelos crimes na bacia do Rio Doce e Rio Paraopeba;
- A garantia do direito a Assessoria Técnica Independente para as comunidades que vivem com barragens de rejeitos da mineração; Garantia do Cumprimento da

Convenção 169 da OIT sobre consulta prévia, livre e informada às comunidades indígenas e tradicionais;

- Assegurar a estatização de toda a cadeia extrativista em Minas Gerais; como a do Lítio e das Terras Raras, através da criação de uma empresa pública. Lutar pela reestatização da Vale sob o controle dos trabalhadores da empresa em parceria com as comunidades que residem próximas às áreas exploradas;
- A revogação da Lei no 21.972 e seus decretos. Criação de leis que regulamentem a questão priorizando a necessidade das populações atingidas. Elaboração e efetivação de uma política pública, no âmbito estadual, para o monitoramento e fiscalização de barragens, não mais permitindo o “automonitoramento” que é feito pelas próprias mineradoras que contratam uma consultoria de sua preferência;
- Tornar obrigatório o uso de tecnologias mais eficientes para o processo de extração e beneficiamento de minério. Isso será determinado pelo poder público. Fim das barragens por alteamento;
- Combater a corrupção no setor minerário através do fortalecimento dos órgãos ambientais e da ampliação da participação da sociedade civil; e defender o fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas;
- A criação de Conselhos Populares da Mineração nos territórios mineradores, de caráter deliberativo, no qual a atividade mineral seja orientada pelos interesses das comunidades, com ampla participação da população local e dos trabalhadores da mineração;
- Criar fundos de incentivo a diversificação da matriz econômica nos territórios historicamente explorados pela mineração, visando reduzir a dependência econômica dos mesmos a indústria mineral, como, por exemplo, promovendo o fortalecimento da agricultura familiar, economia solidária e agroecologia;
- Aumentar a porcentagem da CFEM e criar Conselhos Populares nos municípios para fiscalização e monitoramento dos recursos da CFEM, garantido, obrigatoriamente,

- repasses à saúde, educação e moradia. Para as minas com grande lucro, deverá haver acréscimos na CFEM; Criar um Conselho de fiscalização das condições de saúde e segurança dos trabalhadores da mineração vinculado ao Sistema Único de Saúde;
- Desapropriação dos ativos das grandes empresas mineradoras locais, nacionais e multinacionais, passando tais ativos à administração direta dos trabalhadores e do estado;
 - Retomar as terras pelos povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais. Garantia do controle desses povos sobre as terras já demarcadas (com expulsão dos invasores) e retomada de terras não demarcadas;
 - Reconhecer a natureza como ser de direito;
 - Mapear e fortalecer iniciativas comunitárias de comércio e renda, de forma que eles tenham acesso a conhecimento técnico e bases materiais.

Em defesa dos serviços públicos!

- Fortalecimento do Sistema Único de Saúde através de investimentos na área;
- Garantir, através da Secretaria de Direitos Humanos e Combate ao Racismo, medidas efetivas de combate a intolerância às religiões de matriz africana. Garantir a efetividade da liberdade religiosa, o combate ao racismo e respeito às religiões de matrizes africanas;
- Promoção da saúde da população negra; Garantir mais acesso e melhor tratamento da população negra à saúde pública, impedindo a discriminação racial e promovendo igualdade no acesso;
- Fim das Parcerias Público-Privadas (PPPs) na saúde, incluindo fundações e organizações sociais;
- Fortalecimento da atenção primária em saúde a partir do apoio técnico e maiores investimentos de recursos financeiros, que competem ao estado;
- Realização de concursos para garantir que todos os profissionais da saúde sejam do quadro efetivo dos servidores públicos;

- Garantia do funcionamento da saúde pública em todos o estado abrangendo povos indígenas, quilombolas, zonas rurais e áreas urbanas;
- Criar ambulatórios especializados para pessoas LGBTQIA+ nos principais hospitais do estado;
- Fortalecimento da Fundação Ezequiel Dias. Investir em Ciência e Tecnologia Popular para formar um povo verdadeiramente soberano!
- O policial deve ser um servidor civil, sem subordinação à hiperverticalização de relações funcionais e sociais imposta pelos regulamentos e leis militares; Retirar a polícia ostensiva (PM) de rua do regime administrativo militar. Para isso defendemos a modificação do Art. 144, § 5º da Constituição e retirar a posição da polícia militar como "força auxiliar e reserva do Exército". O poder de polícia do estado não pode ter dois comandos, precisa estar unicamente subordinada ao governo estadual, sem vínculo com a Inspetoria Geral das Polícias Militares, órgão do Exército;

Campo e Cidade a Serviço do Povo e com Mobilidade sob Controle Popular!

- Reforma Urbana e Agrária em caráter imediato;
- Reconhecimento e urbanização de todas as Ocupações Urbanas em nosso estado;
- Auxiliar a coletivização e industrialização do campo. Automação da indústria e tecnologia da informação;
- Reconhecimento e titulação de todas as Ocupações Rurais e assentamentos;
- Reformulação arquitetônica e de saneamento dos aglomerados populacionais e das cidades;
- Criação de uma empresa pública estadual de transporte que abarque os modais rodoviário e ferroviário, com utilização imediata das linhas ferroviárias já construídas e futura expansão;
- Fortalecer o Departamento de Estrada e Rodagem de Minas Gerais, aumentando o número de funcionários e aumentando o investimento para a manutenção das rodovias estaduais;

- Revisão das concessões da gestão de estradas estaduais a empresas privadas. Com imediata redução e congelamento dos preços dos pedágios e aumento do valor de destinação obrigatória a melhoria, ampliação e manutenção das rodovias;
- Promover um estudo logístico sobre as conexões rodoviárias e ferroviárias entre as cidades de Minas, em especial entre as regiões. Para a criação e ampliação da mobilidade da população entre as regiões do estado;
- Retorno do SUBÚRBIO – Trem Urbano de passageiro em toda Região Metropolitana de Belo Horizonte e estatização do transporte urbano coletivo;

Defender a educação e o futuro da nossa juventude!

- Ampliar a rede de escolas estaduais, com atenção principal em áreas rurais, terras indígenas e quilombolas;
- Recompôr e ampliar o orçamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), prevendo alocação de recursos específicos para projetos de pesquisa e extensão da UEMG e da Unimontes;
- Monitorar e consolidar a aplicação do Plano Estadual de Educação (Lei estadual nº 12.197/2018);
- Elaborar o Plano Estadual de Assistência Estudantil que envolva a rede básica e o ensino superior;
- Fim do processo de privatização das escolas das redes estaduais praticadas pelo governo Zema e Simões, assim como a reestatização das escolas já leiloadas;
- Cumprir a Lei do Piso Nacional da Educação. Minas Gerais não cumpre o Piso Constitucional, pagando um dos salários mais baixos aos trabalhadores e trabalhadoras em educação do Brasil;
- Concurso Público para os trabalhadores em Educação realizado em caráter imediato, a fim de extinguir postos vacantes de profissionais em toda a rede pública de Minas Gerais;

- Desenvolver canais de diálogo entre o estado de Minas Gerais e as Universidades e Institutos Federais para a promoção da ciência e elaboração de projetos conjuntos entre o estado e as instituições de ensino;
- Implementar o passe livre estudantil para os estudantes mineiros;
- Programa de Ensino Técnico na rede estadual, integrando os estudantes do ensino médio à profissões existentes na Empresa Públicas do Estado, como Cemig, Prodemge, MGS, CODEMIG entre outras;
- Fortalecimento da Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG e da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Garantido concurso público para trabalhadores, ampliação estrutural e abertura de vagas nas instituições;
- Fortalecimento da UTRAMIG. Ampliando relações com as escolas da rede estadual;
- Fim do processo de militarização e municipalização das escolas;
- Revogação do Novo Ensino Médio que precariza o ensino e o trabalho dos professores e professoras;
- Promover campanhas de inclusão e respeito a diversidade no estado de Minas Gerais, principalmente nas escolas estaduais;
- Implementar cotas para pessoas trans e travestis na graduação da UNIMONTES;
- Criar o Programa “Bora Juventude” que construirá junto aos municípios centros de convivência nas áreas pobres, bairros periféricos e favelas do estado, para a promoção de cursos de formação, realização de atividades culturais e práticas esportivas, além do fortalecimento do programa Fica Vivo;
- Desenvolver campanhas de combate a violência e o assédio dentro das escolas, bem como a contratação de profissionais para apoiar estudantes e professoras vítimas e capacitar os trabalhadores em educação para que auxiliem também na prevenção; desenvolver parcerias com movimentos e instituições da sociedade civil que já atuam nesse combate;
- Criar o Programa Emprego Jovem, que utilizará da ciência de Treinamento Desenvolvimento e Educação (TD&E) para identificar competências globais dos jovens, mapear os problemas existentes atualmente para a empregabilidade da

juventude, e a partir disso, desenvolver cursos de formação profissional e orientação de carreira para jovens mineiros;

- Reestruturar o Programa Transformar, vinculado a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, a partir da Emater-MG, visando a formação cidadã, crítica e profissional de jovens rurais e implementação de projetos produtivos com geração de renda, com valorização da cultura local, sem comprometimento dos recursos naturais;
- Promover campanhas de prevenção ao suicídio não só em setembro, mas o ano todo;
- Promover campanhas sobre a importância do uso de preservativos não só para o combate a gravidez na juventude, como também para a prevenção geral de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs);
- Tratar o uso de drogas como questão de saúde pública, não como questão de polícia, promovendo cursos de formação para a Polícia Militar sobre o tema e, para a juventude, desenvolver campanhas estaduais sobre os malefícios do uso de drogas;
- Desenvolver campanhas sobre a valorização do esporte como agente fundamental para assegurar a saúde mental.

Ousar, valorizar nossa cultura e nossa história

- Manter o Memorial dos Direitos Humanos, antiga sede do DOPS e DOI-CODI de Minas Gerais, sobre controle e gestão popular e com investimento público para revitalização e manutenção do espaço, sem que haja qualquer prejuízo para as características históricas, sociais e arquitetônicas do local;
- Promover editais específicos para eventos culturais idealizados por jovens para jovens;
- Desenvolver, a partir da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, eventos culturais voltados a juventude nas diversas regiões do estado mineiro; Incentivar iniciativas culturais dissidentes;

- Criar política estadual de incentivo ao acesso à cultura para população, como redução dos preços em eventos culturais organizados pelo estado;
- Garantir Políticas de Incentivo à Cultura com escolas públicas de artes e destinação de orçamento específico para atividades culturais;
- Preservação e ampliação do reconhecimento dos Patrimônios Históricos e Culturais do nosso povo mineiro.